



**PERDÃO, MEU CAPITÃO, EU SOU
GENTE PARA MAIS ALÉM DO MEU
SEXO:
A MILITÂNCIA FEMININA
EM ORGANIZAÇÕES
DA ESQUERDA ARMADA
(BRASIL, ANOS 1960-1970)**

Natalia de Souza Bastos

Universidade Federal Fluminense

E-mail: nataliauff@oi.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma análise da especificidade da participação feminina em organizações da esquerda revolucionária. Neste trabalho, pela análise das trajetórias de vida de ex-militantes que fizeram parte das organizações de esquerda armada, procuro compreender as nuances da particularidade da militância feminina durante o regime civil-militar, período este compreendido entre meados da década de 1960 e 1974. O que perpassa a análise é o quão importantes foram tais atitudes, uma vez que as mulheres estavam alijadas do processo de participação política, até mesmo por uma questão de status sexual hierárquico que estabelecia e legitimava a desigualdade em vários aspectos, tais como os direitos, os deveres e os espaços de circulação e atuação. Ao abraçarem a causa coletiva, elas romperam com o seu papel social estabelecido e principalmente com o seu mundo cotidiano. No bojo deste processo, foram quebradas normas e tabus, toda uma gama de valores que a sociedade carregava e que afetava de forma incisiva a vida da mulher brasileira neste período.

Palavras-chave: mulheres na política; luta armada; movimentos de esquerda.



Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

A década de 1960 foi marcada por intensa agitação cultural e política em todo o mundo, fazendo emergir os questionamentos sobre a estrutura da sociedade, o modelo econômico capitalista, os costumes, os padrões da estrutura familiar, do casamento como instituição e dos relacionamentos entre os indivíduos. No Brasil, este movimento de intervenção e transformação da realidade social caracterizou-se por propostas tanto de cunho revolucionário, que propunham uma ruptura com o capitalismo, quanto de cunho reformista. Este é um período em que se observou uma intensa preocupação e mobilização da sociedade por intervir na realidade política e social do país. Sob esta perspectiva, considero que os limites entre o espaço público e o privado eram muito tênues, as atividades políticas confundiam-se com as atividades pessoais cotidianas. As agitações sociais alcançavam os trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das Forças Armadas, configurando uma redefinição do projeto nacional-estatista, que passaria a incorporar uma ampla – e inédita – participação popular (REIS FILHO, 2002). Os anos 1960 são considerados por muitos estudiosos o período da história recente mais assinalado pela convergência entre política, cultura, vida pública e privada na sociedade brasileira.

Cinema Novo, minissaia, pílula anticoncepcional, Tropicalismo, amor livre, Teatro de Arena e Oficina. Na música, no teatro, no cinema e nas artes plásticas, esta efervescência cultural e política mobilizava diversos setores da classe média dos grandes centros urbanos em torno do debate dos problemas socioeconômicos brasileiros. Os setores intelectualizados da sociedade brasileira, com destaque para os estudantes, mobilizaram-se pela transformação da realidade social, orientados em seus projetos pela utopia revolucionária. A organização de um amplo movimento cultural didático-conscientizador alastrava-se por todo o país, numa série de grupos e pequenas instituições que surgiam vinculadas a governos estaduais e municipais, além daqueles estruturados pelo movimento estudantil. No Rio de Janeiro, o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), organizou por todo o país atividades conscientizadoras junto às classes populares. A Ação Popular (AP) criou o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), em que muitos universitários participaram do projeto de alfabetização dos trabalhadores nos principais centros urbanos. No campo, o movimento das Ligas Camponesas alcançou grande repercussão em todo o Brasil, mobilizando a sociedade num debate político nacional acerca do velho tabu da reforma agrária. Em Pernambuco, o Movimento de Cultura Popular (MCP) estruturou núcleos de alfabetização em favelas e bairros pobres. Destacou-se também o novo método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, que colocou a palavra política no comando do processo alfabetizador, a fim de desenvolver a autoconsciência da situação vivida pelas populações marginalizadas.

Segmentos de orientações políticas divergentes disputavam o apoio popular e levavam milhares de pessoas às ruas em defesa de seus projetos. De um lado, as grandiosas manifestações organizadas por setores conservadores como as Marchas da

44 Niterói, v. 8, n. 2, p. 43-71, 1. sem. 2008





Natalia de Souza Bastos

GENERO

Família com Deus pela Liberdade; de outro, representantes do movimento reformista (trabalhistas, comunistas, nacionalistas) e a intensa campanha em torno do projeto de reformas de base do governo Goulart.

Com a ascensão do novo regime em abril de 1964, contudo, os rumos da política foram modificados de forma drástica. A vitória do golpe civil-militar de 1964 reforçou as críticas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), apontado como o responsável pela desmobilização dos trabalhadores no momento do golpe. Uma parcela da esquerda brasileira questionava, antes mesmo do golpe, a aproximação do PCB com o movimento trabalhista, criticando as atenções voltadas para o projeto reformista e o abandono das perspectivas revolucionárias de transformação da sociedade. Estes grupos comunistas discordavam desta perspectiva e procuravam resgatar os ideais revolucionários abandonados pelo partido. Logo, o movimento golpista corroborava a ruptura com o PCB e incitava a estruturação das organizações da esquerda revolucionária. Nesse período, várias organizações/partidos políticos foram estruturados em oposição ao projeto revolucionário proposto pelo Partidão. Segundo Daniel Aarão, a organização destes grupos recuperava os preceitos marxistas-leninistas: a inevitabilidade da revolução, a missão revolucionária do proletariado, a importância do partido de vanguarda no processo revolucionário, o elogio ao intelectual revolucionário (REIS FILHO, 1990). Este sistema de referências que orientaram as pautas de comportamento, atitudes e valores dos militantes da esquerda revolucionária sofreu um intenso processo de críticas e reavaliações na década de 1970. As vitórias das revoluções cubana e chinesa influenciavam as organizações de esquerda na elaboração da revolução brasileira. O projeto foquista adaptava a revolução para a realidade latino-americana, enquanto o maoísmo adaptava a revolução para um país com forte tradição rural.

A censura e a repressão do regime fizeram com que as idéias que inspiraram a mobilização social pelas transformações, seja pela via revolucionária, seja pela via reformista, encontrassem novas formas de existência. Clandestinidade, tortura, prisão e exílio estavam no cotidiano dos militantes de esquerda.

Em todo o mundo, intelectuais, estudantes e militantes se mobilizavam elaborando estratégias de enfrentamento dos diferentes mecanismos de repressão política, ideológica e cultural.

Nesta intensa mobilização política e social que viviam setores da sociedade brasileira, sobretudo a classe média, observou-se uma significativa participação da mulher em movimentos políticos, seja nas manifestações de apoio ao golpe civil-militar de 1964, seja na militância nas organizações da esquerda revolucionária. As transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 1960, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político. Não se trata apenas da conquista de espaços significativos no mercado de





Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

trabalho e na universidade; é um processo marcado pela crescente conscientização e participação política da mulher. Sendo assim, temos um questionamento sobre os efeitos destas transformações na sociedade brasileira, assim como o funcionamento da família e o papel da mulher neste novo contexto.

Dentro desta perspectiva, discutiremos a relação entre mulher e política neste período, a partir de experiências de mulheres que transgrediram o código de gênero da época. O lugar da mulher era o espaço doméstico, e sua função dedicar-se ao marido e aos filhos. Ao homem estava reservado o espaço público e o comando da arena política.

Se na Europa e nos Estados Unidos a participação da mulher em movimentos políticos deu-se, sobretudo, na militância feminista, no Brasil esta participação vai girar em torno dos movimentos de apoio e oposição ao regime ditatorial. O movimento feminista brasileiro se organiza somente a partir da segunda metade dos anos 1970.¹ Neste período, encontramos uma rearticulação dos grupos, partidos e organizações que buscavam a inserção na vida política brasileira, clamando por legalidade e procurando espaços abertos e públicos de atuação. Organizou-se um novo conjunto de grupos políticos, desvinculados do projeto de luta armada, marcados por novos debates acerca da estratégia de enfrentamento da ditadura civil-militar.

O ano de 1975, instituído como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi um marco na história do feminismo brasileiro. Vários eventos foram realizados ao longo dele, destacando-se o encontro realizado no Rio de Janeiro, promovido pela ONU e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que resultou na criação do Centro da Mulher Brasileira. Ainda neste ano, foi fundado o jornal feminista *Brasil Mulher*, representante da Sociedade Brasil Mulher, e em 1976 o *Nós, Mulheres*, por sua vez porta-voz da Associação de Mulheres. Foram estas organizações que fomentaram a estruturação, pelo país afora, de vários grupos de “autoconsciência” que discutiam as questões específicas da mulher relacionadas à sexualidade, saúde, trabalho e política. Um dado importante é que estes grupos se estruturaram no período pós-luta armada, período marcado pela crítica ao modelo tradicional de fazer política, incluindo uma valorização da democracia. Neste contexto, destaca-se a ênfase nos assuntos ligados à subjetividade e ao indivíduo, o que sugere a politização do cotidiano e das relações pessoais, assim como a afirmação das experiências particulares de vida. Buscaram-se novas formas de expressão e mo-

¹ Vários trabalhos já discutiram este “atraso temporal” do movimento feminista em relação a outros países. Ver LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A imprensa feminista no pós-luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós, Mulheres*. 2004. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004; PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003; COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997; TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993; GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. 1987. Dissertação (Mestrado)-IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.





Natalia de Souza Bastos

GÊNERO

bilização, criticando-se as relações verticalizadas, hierarquizadas e burocratizadas, tão presentes na prática dos grupos de esquerda brasileiros.

O objetivo deste artigo² é apresentar uma análise da especificidade da participação feminina em organizações da esquerda revolucionária. Não é minha intenção fazer uma história da luta armada, nos anos 1960, e sim apresentar o cotidiano das organizações sob a ótica das mulheres que nelas militaram; identificar as motivações, opções, impressões e críticas em relação às próprias organizações armadas, ao que lhes dava forma e sentido. Este trabalho está situado, portanto, no campo de estudos das relações de gênero.³ Trabalhando com história oral, procurei analisar questões vividas pelas mulheres no cotidiano das organizações, tais como: funções exercidas, divisões hierárquicas, a dedicação integral ao movimento e a *estratégia de tensão máxima*, a dinâmica excludente e antidemocrática das organizações comunistas como elite política detentora do conhecimento da necessidade histórica,⁴ a relação com as outras militantes e a crítica ao comportamento feminino nas organizações, o grau de envolvimento com a causa revolucionária e as críticas às orientações da organização a que estavam integradas.

Ao longo da década de 1980, surgiram inúmeras memórias, biografias e autobiografias sobre a trajetória de indivíduos que participaram das organizações de luta armada, sobretudo a experiência de militantes do sexo masculino. A década de 1990 seria a vez das mulheres... Tratava-se não somente de obras escritas por jornalistas ou pelas próprias militantes sobre suas trajetórias políticas nestas organizações. Neste momento, o estudo da participação das mulheres despertou o interesse de historiadores, sociólogos e antropólogos. Neste período, deparamos com o reconhecimento no Brasil da história oral como instrumento teórico-metodológico, o que legitimava o trabalho com entrevistas e depoimentos, enriquecendo as possibilidades de investigação do tema.

Entretanto, é notória nestes trabalhos a valorização da trajetória destas mulheres em relação à maioria das mulheres jovens na década de 1960. Nestes estudos, a mulher rompe com o seu papel de mãe e filha dedicada, sem participação política, e invade o espaço público masculino para se dedicar ao projeto de transformação

² Este artigo é uma adaptação de um capítulo da minha dissertação de mestrado, defendida em março de 2007 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda – Brasil: anos 1960-1980*. 2007. (Dissertação de Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007).

³ Referimo-nos à construção social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres estabelecidos na sociedade brasileira. Entretanto, o núcleo desta categoria de análise histórica baseia-se na concepção adotada por Joan Scott, que elege o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos e classifica-o como forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. In: *Gender and the Politics of History*. New York; Columbia University press, 1989. Tradução: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. SOS Corpo. 3. edição. Recife, abril de 1996, mimeo).

⁴ Parto, portanto, da interpretação de Daniel Aarão Reis Filho sobre as organizações marxistas-leninistas em: REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.





Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

da sociedade brasileira, ressaltando que na época as atitudes das militantes não estavam de acordo com os estereótipos esperados das mulheres. A revolução sexual é apontada como um dos elementos deste comportamento inovador. A mulher fazia escolhas, tinha senso crítico, e era atuante politicamente. O elemento novo trazido pela militância feminina era o fato de as mulheres romperem também com o padrão da moça bem-comportada, virgem, futura mãe de família.

Mas somente as mulheres de esquerda estavam à frente de seu tempo por militarem em organizações e freqüentarem passeatas? Teriam elas rompido com o *código de gênero de sua época* por defenderem uma causa política? O que dizer dos milhares de mulheres jovens e senhoras que foram às ruas pelas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”? Estas mulheres seriam apenas “carolas” manipuladas pelos setores conservadores da direita católica? Ao organizarem as Marchas por todo o Brasil, elas reuniram milhares de pessoas que, junto com elas, defendiam suas idéias políticas, e conseqüentemente tornaram-se símbolo da maior demonstração de apoio da sociedade civil ao golpe de 1964.⁵ Mesmo que a participação política destas mulheres fosse para reafirmar, como denomina Ridenti, seus lugares de mães-esposas-donas-de-casa, de certo modo elas também rompiam com a norma da não-participação feminina no espaço que era reservado somente aos homens. O espaço doméstico era reservado à mulher, ela deveria cuidar da casa, dos filhos e do marido. E o homem, trabalhar para sustentar esposa e filhos, e claro era o responsável pela organização política da sociedade.

Após o estabelecimento do regime autoritário de 1964, os grupos femininos prosseguiram em seus trabalhos políticos, que iam desde atividades assistenciais, como a promoção de cursos para moradoras de favelas, até o comparecimento a congressos internacionais e manifestações públicas de alerta ao perigo comunista presente na sociedade e de apoio à candidatura do general Castelo Branco à presidência da República.

Entretanto, concordo que a participação política feminina, seja em movimentos de direita ou de esquerda, está relacionada às transformações econômicas ocorridas a partir de meados dos anos 1950, com o desenvolvimentismo dos anos JK, responsável pelo crescimento econômico baseado na industrialização e na urbanização aceleradas, que se manifestou, entre os muitos aspectos, pela modernização da sociedade brasileira, o que gerou modificações na situação das mulheres e na relação entre os sexos, sobretudo nas camadas médias dos grandes centros urbanos. Toda essa modernização propiciou às jovens de classe média a entrada na universidade e uma

⁵ O histórico da atuação de grupos femininos como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), no Rio de Janeiro, a Liga da Mulher Democrata (Limde), de Belo Horizonte, ou a União Cívica Feminina (UCF), de São Paulo, é de fundamental importância para a compreensão do clima de radicalização anticomunista do início dos anos 1960 que culminou na reação conservadora de 1964.





Natalia de Souza Bastos

GENERO

maior participação no mercado de trabalho, o que conseqüentemente se configurou na transformação dos valores e das instituições da sociedade brasileira no período 1955-1970.

Nas “batalhas” de memória a respeito da gênese e da consolidação da ditadura civil-militar e dos movimentos que se estruturam contra ela, esboçou-se, segundo Daniel Aarão, uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo; de outro lado, a Nova República, regida pela Lei, a sociedade democrática. Nesse sentido, quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar nos dias atuais, já que ela foi e tem sido objeto de escárnio, de desprezo ou de indiferença, estabelecendo-se uma ruptura drástica entre o passado e o presente, quando não o silêncio e o esquecimento de um processo (REIS FILHO, 2002).

Assim, ao longo da segunda metade dos anos 1980 e nos anos 1990, a memória recente do país foi-se construindo, no mesmo instante em que se vivia o desafio da construção da democracia, num país sem tradição democrática. A construção da memória deste passado tem sido realizada em função do presente a partir dos anos 1980, no qual a referência política e o projeto nacional passaram a ser a implementação da democracia e não mais a deflagração da revolução.

Entretanto, os valores democráticos não estruturavam a sociedade brasileira; as tradições e a cultura política não haviam sido elaboradas segundo referências democráticas. O golpe estava sendo articulado e poderia vir mesmo antes de 1964, da direita ou da esquerda. Evidências desta possibilidade são: a renúncia de Jânio Quadros, a recusa dos ministros militares à posse de João Goulart, a solução parlamentarista, a tentativa de o presidente já empossado governar sob estado de sítio, as articulações entre militares e civis, as tentativas de organização da luta armada, a formação de organizações que a defendiam. Nem mesmo as esquerdas revolucionárias incorporaram a democracia em seu projeto. A democracia era avaliada como um valor burguês, liberal, identificada a um sistema que elas desejavam aniquilar. Com a revolução e a construção do socialismo, alcançariam a verdadeira democracia, a da maioria absoluta, a do proletariado.

As lembranças não constituem um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e para a linguagem, mas resultam de um processo elaborado no tempo histórico (PORTELLI, 1996). A memória é uma construção social, um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. A memória é viva e está em constante transformação, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. Assim, lembrar proporciona a rein-



Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

venção de um passado em comum, fornecendo-nos elementos para a compreensão do presente.

A valorização da participação feminina de esquerda no movimento político dos anos 1960 e a depreciação, e até mesmo o silenciamento, da participação das mulheres em apoio ao golpe de 1964 e ao regime por ele instaurado devem ser compreendidos à luz desta “batalha” pela memória, que configura na demonização da ditadura militar e dos grupos que a apoiaram. Os estudos dedicados à participação das mulheres no movimento de direita, em geral, exploram o lado manipulador das alas conservadoras de nossa sociedade, que, pelo seu discurso moralizante, seduzem estas mulheres “ingênuas” e despreparadas politicamente. Falta, contudo, nestas análises a percepção da constituição da mulher como sujeito político, cuja participação nestes movimentos é expressão de sua escolha política.

Por que estudar a atuação da mulher em movimentos políticos?

A relevância desta pesquisa está na importância de ampliar os estudos dedicados ao esclarecimento do papel da mulher na história e a sua relação com a política. São recentes as abordagens historiográficas sobre as mesmas em que se procura transpor o silêncio e a relativa invisibilidade a que estavam relegadas.

Segundo Rachel Soihet, o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres foi devido à grande reviravolta da história nas últimas décadas do século XX, que se voltou para temáticas e grupos sociais até então excluídos de seu interesse. A história cultural, ao preocupar-se com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, favorece a pluralização dos objetos de investigação histórica, reconhecendo às mulheres a condição de objeto e sujeito da história (SOIHET, 1997).

Entretanto, Joan Scott ressalta a importância do movimento feminista da década de 1960 nos Estados Unidos para a estruturação da história das mulheres, postulando que a política feminista foi o ponto de partida. Para a autora, a ligação entre a história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa, pois neste período as ativistas feministas acadêmicas trouxeram para a universidade a discussão da temática. Num primeiro momento, houve uma conexão direta entre política e intelectualidade; posteriormente – por volta da segunda metade da década de 1970 – a história das mulheres afastou-se da política e ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado e, dessa forma, adquiriu uma energia própria (SCOTT, 1992).

50 Niterói, v. 8, n. 2, p. 43-71, 1. sem. 2008





Natalia de Souza Bastos

GÊNERO

Diante das tensões no interior do movimento feminista em relação ao discurso da identidade coletiva das mulheres, abriu-se espaço para o questionamento acerca da viabilidade da categoria das “mulheres” e para a introdução da “diferença” como um problema a ser analisado. A fragmentação de uma idéia universal de “mulheres” por classe, raça, etnia e sexualidade associou-se às importantes diferenças políticas entre as militantes do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades (SCOTT, 1992).

A partir de então, houve uma discussão na academia entre os pesquisadores da temática, a respeito de mostrar as relações entre homens e mulheres e não a atuação da mulher à revelia da atuação do homem na história. Cria-se, então, a categoria de gênero, a fim de teorizar a questão da diferença sexual, ressaltando que tal relação é uma construção social dos papéis dos homens e das mulheres. Com isso, torna-se relevante não serem estudados separadamente. Segundo Roger Chartier, o fundamental não é opor termo a termo, uma definição biológica e uma definição histórica de oposição masculino/feminino, e sim identificar, em cada configuração histórica, os mecanismos que manifestam e representam como “natural” (portanto, biológica) a divisão social (portanto, histórica) dos papéis e das funções (CHARTIER, 1994).

O conceito de gênero procura reconhecer a diferença dentro da diferença, apontando que mulher e homem não constituem simples aglomerados, e que elementos como cultura, classe, etnia, geração, religião e ocupação devem ser considerados e inter cruzados numa tentativa de desvendamento mais frutífera, por meio de pesquisas específicas que evitem tendências a generalizações, premissas preestabelecidas e determinismo biológico. Logo, ao analisarmos a experiência de mulheres que tiveram envolvimento num projeto de esquerda que objetivava a derrubada do regime militar e a construção de uma sociedade brasileira mais justa e igualitária, nos deparamos com a importância da articulação do enfoque de gênero com outras categorias como classe social, etnia, geração e posição ideológica. Estas questões vão delinear suas escolhas políticas e posicionamentos enquanto sujeitos históricos. Nessa medida, a questão de suas origens ultrapassa a classificação sociológica de classe social, ao se estender a seus sistemas de referência, com a incorporação de dados pessoais tais como a organização familiar de cada uma delas (com sua articulação interna por meio das relações entre pais e filhos), formação religiosa, *status* intelectual e social (profissão dos pais e de outros membros do grupo e seu grau de prestígio), posição ideológica dessas famílias, com suas expectativas, visões e posicionamentos em relação à realidade social e também em relação aos filhos e, finalmente, a qualidade de vida emocional e afetiva dessas famílias.

Sob esta perspectiva de gênero, pretendemos recobrar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, procurando, entretanto,





Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

um aprimoramento metodológico que permita recuperar os mecanismos das relações sociais entre os sexos e as contribuições de cada qual ao processo histórico.

A descoberta do político no cotidiano foi o que influenciou a abertura para os estudos sobre a mulher e as relações de poder na sociedade. Nas recentes produções, procurou-se recuperar a atuação da mulher no processo histórico como sujeito ativo, e não apenas passivo e submisso. Emerge então a mulher rebelde que procura burlar as proibições a fim de atingir seus propósitos. No entanto, surgem enfoques que permitem superar a dicotomia entre vitimização e/ou sucessos femininos, buscando visualizar toda a complexidade de sua atuação.

Na década de 1980, a história das mulheres fez uma reavaliação de sua produção historiográfica, fazendo um balanço das tendências e abordagens até então elaboradas neste campo de estudo. Como exemplo desta releitura dos estudos sobre a condição feminina, Michelle Perrot escreveu em 1986 um artigo, que definiu como uma crítica à produção da história das mulheres sob fundamentações feministas nos anos 1970 e 1980, fazendo um balanço dos conceitos daí advindos e de suas repercussões sobre o conhecimento histórico. A partir das questões e dos objetos postos pelas pesquisas sobre as relações entre o feminino e o masculino e das revisões conceituais surgidas nas novas tendências da historiografia, avalia suas transformações e reconhece sua contribuição para os estudos sobre relações de dominação, poder e contrapoder, além da revisão da dimensão analítica dos conceitos de público e privado. Mas critica a abordagem de alguns temas desenvolvidos no âmbito da história das mulheres, como a preferência por questões relacionadas ao dito *universo feminino*, como maternidade, sexualidade e profissões próprias de uma "natureza" feminina. A autora destaca também a ausência, nesses estudos, de uma reflexão teórica e metodológica da opressão e dominação masculina em nossa sociedade (PERROT, 2001).

Neste sentido, em vez de validar o fato de que a vida política é um espaço de ausência feminina, ou de acompanhar as narrativas que minimizam sistematicamente os momentos em que as mulheres intervêm, os historiadores que se dedicam aos estudos das relações de gênero propõem uma reavaliação de diferentes acontecimentos em que as mulheres participaram da história. Avaliar como uma intervenção política ações que geralmente são interpretadas como fato social conduz à percepção das mulheres num tempo histórico em que a singularidade do acontecimento é tão importante quanto a repetição dos fatos culturais. Sob esta perspectiva, analisar as práticas feministas nos anos 1970 teria como resultado não mais pensar a história das mulheres, segundo Michelle Perrot, como a evolução, mais ou menos progressiva, de uma condição feminina.

A historiadora Maria Izilda Matos considera que a categoria gênero, por sua característica basicamente relacional, procura salientar que a construção dos perfis





Natalia de Souza Bastos

GÊNERO

de comportamento feminino e masculino se define um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados. Ademais, as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto, de acordo com a autora, uma forma primária de relações significantes de poder.

Sendo assim, para Maria Izilda a incorporação do gênero como categoria de análise tem revelado que o comportamento ou os valores que são consentidos em uma sociedade, num dado momento histórico, podem ser rejeitados em outras formas de organização social ou em outros períodos. Com isso, ressaltar as diversidades a partir do reconhecimento de que a realidade histórica é social e culturalmente construída tornou-se um desígnio do historiador que procura utilizar essa categoria, permitindo apreender a existência de processos históricos diferentes e simultâneos, bem como abrir uma gama de possibilidades de focos de análise (MATOS, 2000).

Neste sentido, Joana Maria Pedro destaca que os historiadores, ao debruçarem-se sobre a análise das práticas que ensejam a divisão social do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como da maneira pela qual a escola, a literatura, os meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estão escrevendo uma história que questiona as "verdades" sedimentadas, contribuindo, assim, para uma existência menos excludente (PEDRO, 2005).

Neste trabalho, procuraremos compreender as nuances da particularidade da militância feminina durante o regime civil-militar através da análise das trajetórias de vida de ex-militantes que fizeram parte das organizações de esquerda armada, período este compreendido entre meados da década de 1960 e 1974. O que perpassa nossa análise é o quão importantes foram tais atitudes, uma vez que as mulheres estavam alijadas do processo de participação política, até mesmo por uma questão de *status* sexual hierárquico que estabelecia e legitimava a desigualdade em vários aspectos, tais como os direitos, os deveres e os espaços de circulação e atuação. Ao abraçarem a causa coletiva, elas romperam com o seu papel social estabelecido e principalmente com o seu mundo cotidiano. No bojo deste processo, foram quebradas normas e tabus, toda uma gama de valores que a sociedade carregava e que afetava de forma incisiva a vida da mulher brasileira neste período.

Ademais, a reconstrução desse passado pelas recordações das ex-militantes oferece, além da revelação do papel de vanguarda dessas mulheres, um amplo painel sobre a cultura de uma época.





Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

Continuo sonhando, apesar de você...

A partir de 1961, iniciou-se um processo que caracterizou a trajetória das esquerdas brasileiras nos anos posteriores: o surgimento de diversas organizações, cuja principal característica era afirmar-se como alternativa política ao Partido Comunista Brasileiro. Entre os 44 partidos políticos/organizações listados pelo Projeto Brasil: Nunca Mais, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) foi a precursora deste processo.

Apesar das divergências, as organizações apresentavam um elemento comum: faziam severas críticas às orientações e às ações do PCB nos últimos anos. Nesta perspectiva, discordavam da tese do Partido quanto ao caráter pacífico, nacional, democrático e antiimperialista da revolução brasileira, negando o papel revolucionário da burguesia e revitalizando a necessidade do enfrentamento armado, abandonado pelos comunistas brasileiros.

O golpe civil-militar e o imobilismo do PCB diante dele marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros a partir de 1964. O golpe confirmava, então, a pertinência da ruptura com o PCB e incentivava o surgimento de organizações de luta armada. Os questionamentos e divergências dos grupos dissidentes do PCB e de outras organizações matrizes, como a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a POLOP, eram de diversas ordens. Entre elas, destacam-se três: o caráter da revolução brasileira, as formas de luta para a ascensão ao poder e o tipo de organização necessária à revolução.

É neste clima de derrota e de contestação que parte da esquerda brasileira optou pela luta armada, contribuindo, neste sentido, as experiências de enfrentamento em diferentes partes do mundo. A vitória das revoluções chinesa, em 1949, cubana, em 1959, e argelina, em 1962, o processo das lutas de libertação nacional na África e no mundo muçulmano, a luta revolucionária no Vietnã, entre muitos outros processos, concederam novo ânimo aos movimentos revolucionários na América Latina. Dois pólos teóricos atraíram os grupos de esquerda no tocante às formas de luta revolucionária: o foquismo e o maoísmo. O foquismo “adaptava” a revolução para a realidade latino-americana, respaldada numa certa leitura da significativa vitória cubana; o maoísmo, legitimado igualmente por outra revolução vitoriosa, a chinesa, “adaptava” a revolução para um país com forte tradição rural (ROLLEMBERG, 2003).

O ponto de partida da teoria do foco insistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário nos países da América Latina. Ou seja, se as condições objetivas já existiam, eram necessárias as condições subjetivas para a vitória da revolução. E estas condições subjetivas expressavam-se na adesão das massas ao projeto guerrilheiro. Para tanto, a teoria privilegiava o fator

54 Niterói, v. 8, n. 2, p. 43-71, 1. sem. 2008





Natalia de Souza Bastos

GENERO

militar sobre o fator político, a prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido, uma novidade entre as esquerdas brasileiras (GORENDER, 1999). Neste período, observou-se entre estas organizações uma supervalorização da ação. Para os militantes das dissidências do PCB, a esquerda, até aquele momento, muito discutira e pouco agira.

A concepção da capacidade de a vanguarda suscitar o processo revolucionário, em substituição aos movimentos sociais, num voluntarismo que superdimensionava a ação, levou ao militarismo. Nesse sentido, algumas organizações, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), chegaram a reformular a idéia do papel da classe operária na revolução. A revisão baseava-se no pensamento de esquerda heterodoxo que defendia que somente os que não haviam sido integrados ao sistema podiam sublevar-se contra o capitalismo, numa primeira fase da revolução. Deslocou-se o centro revolucionário da classe operária para os setores à margem da ordem capitalista. Esta perspectiva serviu para justificar e legitimar a prática militarista e aprofundar o isolamento da vanguarda em relação à sociedade.

No exílio, essa esquerda veria com surpresa e entusiasmo a experiência chilena, vivendo de perto um movimento político com ampla participação social: o governo socialista do presidente Salvador Allende. Os depoimentos de ex-militantes da esquerda armada dão conta desta emoção, em contraste com o isolamento do período anterior.

No período de dez anos, entre 1961 e 1971, as organizações estruturaram-se e foram desmanteladas pela repressão. No início da década de 1970, os militantes da luta armada estavam mortos, exilados, presos ou vivendo na clandestinidade no próprio país. Apenas o PC do B foi poupado do massacre, até a queda da Guerrilha do Araguaia e sua derrota final em 1974. Além da eficácia da tortura como instrumento utilizado pelos órgãos de repressão para desmantelar as organizações, a vitória da força repressora pode ser atribuída ao isolamento das organizações, diante da ausência de identidade da sociedade com o projeto revolucionário.

Não confie em ninguém com mais de 30 anos de idade

Foi expressiva a presença de estudantes nos grupos da esquerda armada nos anos 1960 e 1970. Consta que 30,7% dos 1.897 denunciados por vinculações com organizações guerrilheiras eram estudantes. Ademais, nota-se que, na maioria das organizações, a faixa etária predominante entre os militantes era de jovens entre 22 e 25 anos; 34,56% dos 2.465 processados com idade conhecida estavam nesta faixa etária; 23,57% tinham entre 26 e 30 anos; 15,42%, entre 19 e 21; 10,55%, de 31 a 35 anos (REIS FILHO, 1990). Cruzando os dados sobre a faixa etária dos componentes

Niterói, v. 8, n. 2, p. 43-71, 1. sem. 2008 **55**





Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

das esquerdas com os referentes à escolaridade, supõe-se que cerca da metade dos militantes das organizações armadas era composta por estudantes universitários, ex-estudantes recém-egressos da escola e, em escala menor, estudantes do ensino médio. A adesão de jovens estudantes às organizações revolucionárias, após o golpe, não significa que os mais velhos não integravam os grupos. Os militantes veteranos dissidentes do PCB, como Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira da ALN, Apolônio de Carvalho, Mário Alves e Jacob Gorender, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), estavam entre as lideranças de destaque nas organizações.

Os mais jovens dirigiram-se, preferencialmente, para os grupos revolucionários, considerados, no momento, as únicas alternativas perceptíveis ao PCB, cuja estrutura arcaica e burocratizada não era capaz de dar conta da complexidade da sociedade brasileira, nem mesmo da presença dos movimentos sociais dos anos 1960. Ou ingressavam no PCB para promoverem as cisões que dariam origem às Dissidências Estudantis. O fracasso da posição do Partido em 1964 e, principalmente, a falta de resistência ao golpe abalaram profundamente as convicções políticas e morais dos militantes e simpatizantes, especialmente dos jovens. Ângela Muniz, que fazia parte do PCB, ressalta que rompeu com o Partido e ingressou na Dissidência Estudantil da Guanabara, primeiro porque se decepcionou com o imobilismo e com as posições *retrógradas* e *pacifistas* tomadas por este nos anos posteriores ao golpe; segundo porque acreditava no projeto político revolucionário proposto pela organização armada (MUNIZ, 2003).

Houve um conflito de gerações. O golpe fez emergir uma nova leva de jovens e inexperientes dirigentes, sem tradição, com pequena capacidade de aglutinação e coesão. Com a derrota, os *velhos* haviam perdido seu carisma, e os novos estavam longe de adquirir o prestígio que os primeiros detinham antes de 1964.

O título desta seção – “Não confie em ninguém com mais de 30 anos de idade” – foi um *slogan* da juventude dos anos 1960. Flávia Cavalcante era militante da Dissidência Secundarista do PCB no Rio de Janeiro em 1968, e, aos 17 anos, considerava os militantes de 26, 27 anos velhos demais (CAVALCANTE, 2002). Pelo mundo, os movimentos de jovens desafiavam a moral conservadora da sociedade ocidental e as referências do socialismo. Ao estudarem os movimentos sociais dos anos 1960, especialmente a atuação das esquerdas armadas no cenário político brasileiro no período, alguns autores utilizam o termo geração para compreenderem tal processo.

Nesse sentido, é útil o conceito de geração formulado por Jean-François Sirinelli. Para o historiador, entender a categoria de geração no sentido “biológico” significaria compreendê-la (e apresentá-la) como um fato natural. Por isso, prefere considerá-la também como um fato cultural, por um lado delineado pelo acontecimento e por outro derivado do sentimento de pertencimento. Ou seja, o indivíduo se auto-representa

56 Niterói, v. 8, n. 2, p. 43-71, 1. sem. 2008





Natalia de Souza Bastos

GÊNERO

e se autoproclama inserido numa faixa etária com forte identidade diferencial. Afirma também que a geração é uma reconstrução do historiador que classifica e rotula. Logo, devemos estar atentos aos limites do seu uso como elemento de periodização, já que a noção nos remete à de regularidade, e os *atos inauguradores* se sucedem de forma irregular: por isso, existem gerações curtas e gerações longas. Sirinelli considera que um estrato demográfico se torna uma geração somente quando adquire uma existência autônoma e uma identidade (elementos geralmente determinados por um evento fundador marcante), processo verificado muitas vezes em um setor bem determinado da sociedade (SIRINELLI, 1996).

Do ponto de vista da pesquisa, a utilidade do conceito está em observarmos em nosso grupo de estudo – mulheres de classe média, militantes ou simpatizantes das organizações da esquerda revolucionária – elementos de auto-representação que as enquadrem como pertencentes a uma mesma geração. O marco fundador foram as manifestações, sobretudo do movimento estudantil, iniciadas em 1965/1966, culminando com o Ato Institucional número 5. Essa geração, identificada a militantes jovens, com posições críticas ao projeto político revolucionário do PCB, em grande parte iniciou a militância no movimento estudantil, de onde saiu para integrar a luta armada. Os eventos e as lutas do pós-64 – o movimento estudantil, as passeatas, as greves, a luta armada, o treinamento guerrilheiro, a clandestinidade, as ações de expropriações, o seqüestro de diplomatas – são as referências (ROLLEMBERG, 2004).

As belas entre as feras...

Classe média intelectualizada, com alto nível de instrução, muitos jovens do sexo masculino residiam em grande número nos principais centros urbanos. Essa era a composição social da maioria dos militantes da esquerda armada. Entretanto, algumas organizações contavam com um considerável número de mulheres em seu quadro de militantes. Na grande maioria dos grupos armados urbanos, o percentual de mulheres denunciadas ficou entre 15% e 20% do total de envolvidos (RIDENTI, 1993). Esta porcentagem é muito significativa, se levarmos em consideração a posição submissa na política e na sociedade brasileira da mulher até a década de 1960. A participação de mulheres em movimentos políticos no período reflete um questionamento delas diante da premissa mulher-espaco privado *versus* homem-espaco público. Sobretudo nas esquerdas armadas, a participação feminina promoveu uma ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaco privado e doméstico, como mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino.

Outro indicativo de que esta porcentagem não é insignificante está no fato de, no período anterior, ou seja, na geração de 1964, a participação feminina em organizações políticas ser ínfima. Grande parte das mulheres desta geração que participavam

Niterói, v. 8, n. 2, p. 43-71, 1. sem. 2008 **57**





Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

do PCB estavam ali pela militância do marido ou do pai. O engajamento era quase uma extensão das relações familiares. Já as mulheres da geração de 1968 iniciaram a militância política por opção, seja na universidade ou na igreja.

Ridenti destaca um outro elemento de inovação em relação à participação da mulher nos grupos de esquerda armada: a opção por grupos guerrilheiros implicava uma luta militar que, por suas características, tendia a afastar a integração feminina, já que, historicamente, sempre foi mais difícil converter mulheres em soldados. O número de mulheres em organização tipicamente militaristas é surpreendente: 15,4% do total na ALN, e 24,1% na VPR (RIDENTI, 1993). Aliás, em junho de 1969, no último parágrafo do *Manual do guerrilheiro urbano*, Carlos Marighella faz uma referência à atuação das mulheres na luta armada, destacando que a participação da mulher brasileira na guerra revolucionária, em particular na guerrilha urbana, distinguiu-se por seu espírito lutador e tenacidade sem limite (MARIGHELLA, [19--]).

Outro elemento de destaque é o fato de a participação feminina nos grupos armados ser percentualmente mais elevada que no PCB, como revelam os dados sobre as mulheres processadas por integração a este partido, antes e após 1964, cerca de 5% (RIDENTI, 1993). Entre as militantes destas organizações, a maioria era jovem e estudante, integrantes da chamada geração de 1968, conforme discutido anteriormente. Entretanto, apesar de a participação feminina em movimentos de esquerda ser indicado como um elemento de contestação e ruptura da posição submissa da mulher na sociedade brasileira e na política, não devemos identificar esta participação atrelada somente a esta característica, até porque, no período, estas reivindicações não possuíam um caráter feminista. As mulheres tinham consciência de que suas opções divergiam da ordem estabelecida, mas tinham clareza de que a participação nas organizações não era motivada pela problemática do papel das mulheres e de seu *status* na sociedade brasileira. Para as organizações de esquerda, a problemática da condição feminina em nossa sociedade não tinha relevância nem espaço para discussões, não era tratada política ou teoricamente, todo o esforço deveria estar voltado para a concretização da revolução socialista.

A modernização da sociedade brasileira proporcionou transformações tanto na posição da mulher quanto na estrutura familiar. A partir dos anos 1960, houve uma maior participação da mulher no mercado de trabalho e nas universidades. Outro elemento importante neste processo foi a liberdade sexual proporcionada pela pílula anticoncepcional, permitindo à mulher dissociar o sexo da função reprodutiva. A questão da virgindade foi muito debatida entre as jovens do período. Não era mais, como fora para suas mães, o bem mais precioso que uma mulher podia oferecer para um homem. Isto levou a mulher à busca do prazer nas relações, e, conseqüentemente, à troca de parceiros. A liberdade sexual era considerada uma ousadia entre as frações conservadoras de nossa sociedade. Um fato ilustrativo do moralismo foi

58 Niterói, v. 8, n. 2, p. 43-71, 1. sem. 2008





Natalia de Souza Bastos

GENERO

a divulgação nos jornais das cartelas de pílulas anticoncepcionais apreendidas pela polícia no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968.

No período, há imagens e personagens emblemáticos. As figuras femininas da luta armada habitavam o imaginário daqueles tempos. Para alguns eram terroristas e promíscuas, para outros ousadas e corajosas. O que dizer da *loura dos assaltos* que estampava as manchetes dos jornais? A trajetória de duas mulheres nas organizações da esquerda revolucionária marcaram os anos 1960 e 1970. Se Lara Lavelberg era uma musa em São Paulo, Vera Sílvia Magalhães era um mito no Rio de Janeiro.

A trajetória de Lara foi marcada por uma metamorfose. A jovem judia casou-se aos 16 anos e aspirava ser a esposa de um renomado médico. Anos mais tarde, tornou-se mulher de Carlos Lamarca, o capitão que deixou o Exército brasileiro levando armas do quartel de Quitaúna para a revolução. Foi na faculdade de psicologia da USP que iniciou a militância política, primeiramente no movimento estudantil e depois numa organização clandestina. Era uma figura-símbolo. Misto de busca e liberdade.

Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e participante do seqüestro do embaixador norte-americano, Vera Sílvia Magalhães era uma mulher de padrões muito diferentes e ousados. Aos 16 anos, iniciava a militância no movimento estudantil secundarista. Neste período fez um aborto, pois o trabalho político não combinava com a maternidade. Queria fazer parte do grupo dos que buscavam mudar a história do país, fazer a revolução. Em 1967, passou a integrar o Comitê Central do grupo armado, órgão maior da direção partidária. A imagem mais divulgada dela é a da moça na cadeira de rodas, uma entre os 40 presos trocados pelo embaixador alemão (MAGALHÃES, 1994).

Toda a mobilização política e cultural e os projetos de transformação de cunho revolucionário e reformista da década de 1960 foram elementos propulsores do engajamento das jovens em organizações políticas. Vera Thimóteo destaca que todos tinham de se posicionar politicamente: ou se era a favor ou se era contra, dificilmente não se podia achar nada (THIMÓTEO, 2003). Para muitas, o movimento estudantil foi o primeiro contato com a militância. *Simone*⁶ considera que todo o ímpeto transformador do pré-64 e a campanha pelas Reformas de Base do governo Goulart criavam nas escolas e universidades um ambiente de muita efervescência cultural e debate político, mobilizando muitos jovens para a militância. *Pagu* coloca que sua participação no movimento estudantil e posteriormente na Ação popular

⁶ Os nomes em itálico e sem sobrenome indicam que são nomes fictícios utilizados pelas autoras. Depoimentos presentes em Colling (1997) e Ferreira (1996). Entrevista com Flávia Cavalcante concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 29 de julho de 2002, Rio de Janeiro. Entrevista com Vera Thimóteo, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 9 de setembro de 2003, Rio de Janeiro. Entrevista com Lúcia Murat, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 11 de abril de 2003, Rio de Janeiro. Entrevista com Mariza Formaggini, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 22 de outubro de 2002, Niterói.





Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

(AP) foi por convicção, por compreender que era necessário lutar por um mundo diferente (COLLING, 1997). Para Juliana da Rocha, que viveu a infância no interior de Pernambuco, toda a consciência política teve raízes na realidade do interior do Nordeste, na condição de miséria da população (CAVALCANTI, 1996).

As motivações para o ingresso no movimento político são diferenciadas entre as mulheres. Observamos em muitas trajetórias, além de motivações relacionadas a questões individuais, um aspecto muito comum: a preocupação com a justiça social. Muitos militantes iniciaram o engajamento político em movimentos da Igreja Católica, outros destacam o exemplo dos pais que, mesmo não possuindo militância nem posicionamento político, tinham a questão social e a solidariedade ao próximo presentes na educação dos filhos. Proveniente de uma família de classe alta de São Paulo, mesmo se relacionando com a *burguesia paulista*, Bethânia nunca deixou de se preocupar com as questões sociais, tanto que, logo que se mudou para o Rio de Janeiro, subiu os morros para fazer trabalho com as comunidades carentes. A desigualdade social a angustiava. Declara que pensou em ser freira, devido à vocação de missionária. Entretanto, foi nas mobilizações do movimento estudantil e no debate pela transformação da sociedade que diz ter encontrado o seu convento (FERREIRA, 1996).

Sobre a reflexão de Bethânia, é interessante a colocação do pensador conservador Nicolás Bernadíaeff. O autor defende que mesmo que a ideologia marxista-leninista condene o cristianismo, definido como uma religião obscura, seus preceitos possuem referências próximas a este. Como por exemplo, o caráter messiânico atribuído ao proletariado. Ademais, tanto um pensamento quanto o outro são regidos pela busca da justiça social. Nesse sentido, ressalta que tanto os cristãos quanto os comunistas almejam a emergência de um *homem novo*, de uma estrutura psíquica renovada. Entretanto, os preceitos para tal conquista são diferenciados (BERDIAEFF, 1943).

Como disse, muitos jovens estudantes na década de 1960 tiveram como primeira experiência política organizada a militância no PCB. Entretanto, romperam com o partido por discordarem de sua posição "reformista", sobretudo, após a derrota em 1964. A partir de 1966 e, sobretudo, 1968, temos a formação das chamadas Dissidências estudantis do PCB. A partir de então, o projeto revolucionário das organizações armadas ia conquistando jovens advindos do movimento estudantil. Lúcia Murat questionava as influências internacionais e as práticas stalinistas do Partidão. As propostas políticas das dissidências possuíam um olhar mais voltado para a realidade brasileira, e o projeto revolucionário destes grupos a seduzia (MURAT, 2003). Flávia Cavalcante lembra que, com o aumento da repressão e com a instituição do AI-5, a





Natalia de Souza Bastos

GÊNERO

impossibilidade de continuar fazendo movimento estudantil levou muitos militantes a analisarem as propostas das organizações clandestinas. Ela afirma que a entrada numa organização de luta armada foi uma decisão conjunta com o grupo de amigos que militava com ela no movimento estudantil secundarista. Conclui que foi um representante de uma determinada organização que a *seduziu* com seu discurso.

Em seu estudo sobre a esquerda revolucionária, Daniel Aarão Reis considera que as organizações revolucionárias estruturaram a coesão interna baseadas em princípios e mecanismos⁷ de funcionamento do que se convencionou chamar marxismo-leninismo: a inevitabilidade da revolução socialista, o papel revolucionário do proletariado neste processo e a indispensabilidade do partido de vanguarda. Nessas organizações, os militantes de níveis subalternos vivenciariam a estratégia de tensão máxima, o complexo da dívida, o leque de virtudes, o massacre das tarefas, a celebração da autoridade, a ambivalência das orientações e a síndrome da traição.

A militância nas organizações clandestinas foi um período marcado por tensão e medo. A sistemática de vida em comum proporcionou uma permissividade entre os militantes, seja por estratégia política ou por ligações afetivas. Estavam longe de suas casas, famílias e amigos. Os companheiros de “aparelho”, num momento de solidão, medo, dor e insegurança, eram o ombro amigo – ouvintes e confidentes. Não havia privacidade, e a interferência no cotidiano um do outro era freqüente. Em termos de regulamentação da vida na clandestinidade, os domínios público e privado se confundiam, com forte interferência das organizações na vida pessoal do militante, muitas vezes por meio de rigorosas determinações. Inclusive, muitas mulheres foram proibidas pelo comando da organização de se relacionarem com determinados homens de outros grupos ou com aqueles que não eram militantes. Outras foram “aconselhadas” a abortar, pois aquele não era o momento oportuno para a maternidade, todo o esforço deveria estar voltado para a revolução.

Umam acatavam as ordens, outras não. Como é o caso de *Luzia* que não deixou de participar das reuniões da organização, levando o filho recém-nascido e amamentando-o diante “daquele bando de homens; ficavam todos sem jeito, sem saber o que fazer – mesmo porque eles eram contra a gente ter filho naquela altura e eu nem liguei para isso” (FERREIRA, 1996). Observa-se uma certa contradição que foi vivenciada por essas jovens. Ao mesmo tempo que sua inusitada autonomia sobre suas vidas sexual e afetiva rompia com códigos morais da sociedade, criava-se outra ordem de código – inspirada em interesses estratégicos e com aplicações algumas vezes rígidas, segundo a estruturação de cada grupo.

⁷ Estes princípios e mecanismos condicionaram o comportamento e o cotidiano dos militantes, além de proporcionarem coesão às organizações, e talvez, a tensão gerada seria responsável em grande parte pela fragmentação dos grupos.



Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

Ser militante era estar em dívida com a sua organização, como observou Daniel Aarão Reis. Esta lhes proporcionou: uma nova concepção de mundo, padrões de orientação política, uma comunidade de companheiros, um conjunto de tarefas que absorvem até a espinha dorsal e dão sentido à vida, além das normas de comportamento que se referem à sua vida pessoal e os padrões morais a serem seguidos. O comunista deveria ser organizado e assumir uma prática social centralizada (REIS FILHO, 1990).

As regras rígidas de conduta atingiam a todos os militantes. Desta forma, ela não é considerada uma questão específica de gênero, uma vez que o superdimensionamento da ação e do militarismo levavam à valorização da coragem. Tanto Vera Thimóteo quanto Flávia Cavalcante, ex-militantes da Var-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares), ressaltam que havia nas organizações uma valorização das mulheres corajosas, muito mitificadas; já as *medrosas* eram discriminadas. E este era um elemento definidor do recrutamento de militantes para determinadas tarefas. *Vitória* participou de treinamento e ações armadas, porém nunca revelara o medo que sentia de armas, "porque aquilo era coisa de mulher" (FERREIRA, 1996). Para Vera Thimóteo, as mulheres tinham de ser as melhores, e havia uma concorrência dentro da organização. O treinamento privilegiava quem dava o tiro mais certo.

Nos grupos de esquerda dos anos 1960 e 1970, poucas mulheres ocuparam posição de dirigente na hierarquia de uma organização. *Catarina* foi dirigente da POLOP, em 1965, e, diferentemente de outras militantes, é coerente ao atribuir à competência dos integrantes a distribuição de responsabilidades e tarefas nas organizações. Ela reforça que as mulheres estavam em pé de igualdade com os homens e que o posto de cada integrante independia do fator sexo (FERREIRA, 1996).

Já Vera Sílvia Magalhães, que também ocupou cargo de direção na Dissidência da Guanabara, resalta que as mulheres, em geral, não ocupavam funções de destaque na hierarquia das organizações. Vera assinala que muitas mulheres integravam o quadro de "aparelho", ou seja, não eram designadas para tarefas nas ruas. Lembra como era difícil integrar a liderança de uma organização revolucionária. "Eu era a única mulher no meio de sete homens. Fiz um puta esforço para chegar lá [na direção]. A minha militância política foi uma batalha, porque, além de tudo, havia o preconceito machista." Vera destaca que algumas mulheres que ocuparam papéis de liderança possuíam posturas masculinizadas, eram agressivas nos debates políticos e precisavam falar duramente para serem ouvidas. Avalia que era respeitada no grupo por se mostrar uma pessoa ríspida e determinada (CARVALHO, 1998).

Iara Lavelberg questionava por que não era chamada para atuar nas ações armadas. Sua militância na VPR configurou-se, em grande parte, na cobertura de pontos, em levar e trazer mensagens, fazer o levantamento e a passagem dos mal-





Natalia de Souza Bastos

GÊNERO

tes bancários de um carro para o outro, datilografar e distribuir jornais. Aprendeu a atirar, mas não a consideravam boa (PATARRA, 1993).

A militância política nas organizações de esquerda e o comportamento “ousado” para aqueles tempos, de certa forma, proporcionaram uma ruptura com o papel destinado à mulher na sociedade. Elas circulavam pelo espaço dominado pelos homens, a política, e desfrutavam de uma liberdade sexual nada comum para as mulheres. Casar, ter muitos filhos, ser esposa e mãe exemplar não estavam em seus planos. O contato com os companheiros de organização e a ausência de controle familiar, dada a nova forma de vida que experimentavam, ofereceram-lhes maior liberdade, contrastando com a experiência da maioria de jovens de sua faixa etária. Estas jovens discutiam nas organizações a perspectiva política da revolução, mas vivenciavam no cotidiano uma revolução de costumes, na qual, por meio do comportamento, subverteram papéis tradicionais de gênero. Tabus como virgindade, aborto e *opressão* sexual eram quebrados.

Para termos idéia do impacto da ruptura, os pais que eram ligados à política e tinham posições avançadas em determinados aspectos encaravam com naturalidade e até mesmo admiração o engajamento político das filhas nas organizações de esquerda. Entretanto, apresentavam reservas em relação à conduta moral, sobretudo à liberdade sexual. Tanto Lúcia Murat quanto Vera Sílvia destacam a contradição: a aceitação da militância política e a reprovação do comportamento sexual. Os pais das duas receberam com muita decepção a notícia da gravidez das filhas naquele período. O depoimento de Lúcia nos dá esta dimensão:

Eu acho que papai tinha muito orgulho, achava uma porra-louquice essa história toda [...] Eu acho até engraçado do ponto de vista dos valores, papai era um médico, mas, ao mesmo tempo, era muito conservador. E eu fiquei grávida em 69, e tinha que fazer um aborto, e eu fiquei meio apavorada, e liguei para ele para ver se ele me descolava um médico, ele ficou arrasado e eu me lembro que ele falou essa frase, que eu acho antológica: “Você não saiu de casa pra isso.” Ou seja, assaltar banco, seqüestrar, tudo bem, mas engravidar não podia! Ele ficou arrasado, mas mandou o dinheiro de que eu precisava. (MURAT, 2003)

Apesar da “suposta” igualdade entre homens e mulheres nas organizações, os depoimentos mostram a superioridade hierárquica dos homens, além da posição machista de alguns em relação à ocupação de cargos de direção por mulheres. Em um congresso organizado pela Dissidência da Guanabara, um militante argumentou que Vera Sílvia era uma mulher muito “instável” para integrar a cúpula da organização, pois era muito namoradeira e possuía vários parceiros. Ela questionou o julgamento do companheiro, argumentando se os homens também não poderiam ser considerados “instáveis”, por também terem tal comportamento. Para os homens era aceitável, para as mulheres não. Era difícil ser respeitada e valorizada intelectualmente, ainda mais caso se possuísse um comportamento “desviante”.

Niterói, v. 8, n. 2, p. 43-71, 1. sem. 2008 **63**





Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

Nas organizações marxistas-leninistas, o partido de vanguarda – que pode ser a organização na interpretação foquista – possuía um lugar central no processo revolucionário. Tratava-se de uma elite intelectual, fruto de seleção especial. Ao ingressar no Partido, o militante assumia sensações e noções de superioridade. Não lhe faltavam motivos: passava a fazer parte de um *estado-maior* que ia transformar o mundo e tinha as chaves de sua compreensão. Diferenciava-se das pessoas comuns por possuir um saber especial – o marxismo-leninismo – e um poder sobre elas e os acontecimentos (REIS FILHO, 1990). A visão que as mulheres militantes tinham das não-militantes permite compreender o mito de superioridade presente nas organizações. Durante a juventude e o período de militância, *Simone* classificava as mulheres em três grupos: as de direita, as alienadas e as deusas (as militantes de esquerda). Era inconcebível o fato de que, enquanto umas estavam dispostas a lutar pelo fim do regime civil-militar e pela revolução socialista, outras buscavam *status*, ascensão social e um bom casamento. *Violeta* ressalta que as “deusas” não conseguiam expressar os aspectos femininos presentes nas mulheres alienadas, porque se encontravam num patamar intelectualmente superior (COLLING, 1997).

Os comunistas eram os detentores da compreensão do mundo. Acreditavam na vitória, mas esta seria fruto de um processo incerto e penoso. Para tanto, era preciso se livrar dos vícios da sociedade capitalista, renunciar às amenidades, sacrificar-se e determinar-se em prol da revolução. Do ponto de vista individual, devia-se ter uma vida pessoal exemplar. Vera Thimóteo era questionada tanto pelos superiores quanto pelos colegas de organização, pois se negava a deixar alguns “valores burgueses”: roupas da moda, maquiagem, perfumes, penteados, bailes de carnaval.

O militante era permeado por desvios que traz da sociedade capitalista e que o marcam independentemente de sua vontade. Aqueles advindos da classe média tinham de livrar-se de suas características de origem, o que culminava no chamado “suicídio de classe”: dele emergiria um revolucionário. A metamorfose implicaria luta e esforço. Flávia Cavalcante lembra que cortou os cabelos, doou todas as suas roupas “burguesas” e passou a usar um lenço. Ela sentia-se muito culpada por pertencer à *pequena burguesia*. O *ranço burguês* afligia os militantes de classe média. As organizações comunistas eram constituídas, predominantemente, por indivíduos provenientes da pequena burguesia intelectualizada. Daniel Aarão, ao analisar os documentos das organizações de esquerda na década de 1960, revela que as auto-avaliações dos partidos quanto à origem social de seus componentes eram uma questão delicada e de poucas referências, afinal, “admitir-se uma composição social pequeno-burguesa significa reconhecer a presença de desvios inerentes a esta classe; daí o constrangimento de muitos, mas, ao mesmo tempo, o significado deste reconhecimento, tanto mais quando é feito por escrito” (REIS FILHO, 1990, p. 48).

64 Niterói, v. 8, n. 2, p. 43-71, 1. sem. 2008





Natalia de Souza Bastos

GENERO

A feminilidade era outra questão que muito atemorizava as militantes. Num esforço destemido para serem vistas como militantes pela organização e serem tratadas com igualdade pelos companheiros de militância, renunciavam aos cuidados com a aparência, e muitas assumiam uma postura masculinizada. *Simone* confessa que ao entrar para a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) fez um esforço de dessexualização (COLLING, 1997). *Anita* considera que de certa forma as militantes olhavam para as mulheres com certa condescendência, elas tinham de preencher requisitos masculinos e seguir referências também masculinas. O devir histórico era igual para todos. Ainda nesta perspectiva, *Luzia* confessa que ela própria discriminava as mulheres e ressalta que ela e sua irmã, por receberem uma educação diferenciada de muitas mulheres na época, abriram muitos caminhos para as outras: “Fazer política para mim era só com homem; com mulher era tudo muito complicado, os pais tinham que autorizar tudo. Já pensou eu entrar na casa de uma menina e perguntar para os pais se ela podia entrar para o Partido Comunista?” (FERREIRA, 1996).

A experiência dos militantes das organizações da esquerda revolucionária era marcada por uma série de atividades, tanto internas, realizadas para atender a imposições da própria vida orgânica, quanto externas, referentes à sociedade envolvida. Entre as obrigações dos militantes, destacam-se: o estudo teórico, o debate político-teórico interno, o trabalho de massas, o trabalho de agitação e propaganda. O excesso de tarefas levou a comportamentos que poderiam ser interpretados como uma postura de abdicação de valores. *Violeta* analisa que o descuido com a aparência decorria mais da falta de tempo: “a gente usava roupa da maneira que dava, não usava roupa porque era a moda, ou para fazer protesto, usava uma roupa que a atividade permitisse” (COLLING, 1997).

Não somente por questão de segurança, mas também para o equilíbrio emocional dos militantes, durante o período de clandestinidade tentava-se reproduzir nos aparelhos um mínimo de normalidade cotidiana. A mulher desempenhou um importante papel na estrutura aparentemente familiar conferida à vida clandestina. Nesta situação, há uma afirmação dos lugares de mães-esposas-donas-de-casa. Tanto Flávia Cavalcante quanto Mariza Formaggini procuraram estreitar laços com a vizinhança durante o período em que viveram clandestinas.

Durante o período de militância, as mulheres passaram por muitos questionamentos pessoais, tendo em vista as cobranças quanto ao aperfeiçoamento teórico, a dinâmica do projeto revolucionário das organizações que levou ao afastamento da sociedade e o caráter antidemocrático dos partidos. *Vitória* destaca que as decisões eram sempre resolvidas pela cúpula da organização (FERREIRA, 1996). Juliana da Rocha argumenta que, durante o período em que passou por intenso questionamento pessoal quanto à validade de sua militância, não conseguia dedicar-se à leitura e às





Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

atividades junto à sociedade. Quanto à pressão exercida pelo partido em relação à “abertura”, sob tortura, de informações e nomes de militantes, admite que:

Era um problema de fraqueza, mas não como se dizia na época, que quem abria era traidor do povo. Isso nem sempre era verdade. A repressão e as torturas eram superviolentas, mas a nossa organização, muito dura nessa época, dizia: abriu é traidor. Eu ficava com isso na cabeça e indagava se não seria melhor reconhecer que era uma pequeno-burguesa e sair da organização, do que estar nela e amanhã não agüentar a tortura e ser traidora da classe operária. (CAVALCANTI, 1979)

Considerações finais

Considero pertinentes algumas reflexões sobre o trabalho com a metodologia de história oral, que foi a fonte privilegiada para a análise. O trabalho com a metodologia de história oral permite o processo de rememorar sujeitos históricos ou mesmo testemunhas da história vivida por uma coletividade. Sendo assim, os depoimentos tendem a demonstrar que a memória pode ser identificada como processo de construção e reconstrução de lembranças nas condições do tempo presente. Nesse sentido, nós, historiadores, devemos atentar para o fato de que os depoimentos utilizados na pesquisa podem ter reconstruções em épocas diferentes. A memória de uma pessoa sofre transformações ao longo da vida. O que ela fala hoje sobre uma experiência passada não apresenta a mesma narrativa de dez anos atrás. Para Maurice Halbwachs, toda memória é socialmente construída, sendo a construção o resultado de uma reconstituição do passado inserido num quadro de recordações comuns a um determinado grupo histórico. Ou seja, o que é lembrado apenas possui sentido em relação a um conjunto do qual faz parte (HALBWACHS, 1990).

Nos últimos 30 anos, observamos um crescente interesse da historiografia contemporânea em investigar a construção de identidades sociais relacionadas à condição nacional, étnica, profissional, geracional, sexual, religiosa, individual, político-institucional etc. Diversos estudos se dedicaram à investigação dos modos como se constroem as identidades em diferentes grupos sociais. São assim relevados os investimentos que um grupo faz ao longo do tempo com vistas a promover em cada um de seus componentes “o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (POLLAK, 1992). Estas pesquisas têm colaborado, direta ou indiretamente, para a compreensão das construções identitárias, ao investigar as relações entre os indivíduos e os limites e condicionamentos dos comportamentos individuais e coletivos, destacando-se a questão das motivações, dos interesses e das estratégias construídas e legitimadas socialmente.

A memória tem como função conservar determinadas informações selecionadas, organizadas e reorganizadas pelo ato/trabalho de lembrar, que nos remete a um





Natalia de Souza Bastos

GENERO

conjunto de funções psíquicas pelas quais os indivíduos podem atualizar informações passadas ou que eles representam como passadas. Deste modo, a memória, como fundamento da identidade, reporta-se aos comportamentos e aos imaginários coletivos, na medida em que o relembrar individual está relacionado à inserção histórica de cada indivíduo. Logo, a construção da memória se realiza num processo de intensa negociação que visa conciliar memória coletiva e memórias individuais. Memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e em embates que opõem grupos políticos diversos.

Gilberto Velho destaca um outro elemento que também se faz presente na construção de identidades: o projeto. A noção de projeto está, segundo o autor, inserida num campo de possibilidades que marcam o advento do indivíduo-sujeito. Nas sociedades onde predominaram ideologias individualistas, o indivíduo é socialmente significativo, por conseguinte sua trajetória de vida é fundamental.

A construção de uma memória que valoriza a individualidade singular possibilita a este indivíduo a elaboração e a condução de projetos. Enquanto a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória, o projeto antecipa no futuro esta trajetória, buscando, pelo estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios pelos quais esses poderão ser alcançados. A consciência do projeto depende da memória, que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente. Sem a consciência destas circunstâncias não é possível ter ou formular projetos.

Na constituição da identidade social dos indivíduos, a memória e o projeto individual são elementos essenciais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, numa conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória. O projeto é um instrumento de negociação da realidade com outros atores, individuais ou coletivos. Ficam assim recuperados o potencial de transformação da realidade social e o espaço para negociação na construção de identidades sociais. Para tanto, o projeto existe fundamentalmente como modo de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações. Além disso, ele é resultado de uma reflexão a partir das circunstâncias, do campo de possibilidades em que está inserido o sujeito. Por conseguinte, projeto e memória associam-se e articulam-se para dar sentido à identidade.

Portanto, a memória construída no presente, a partir de demandas dadas por este e não pelo passado em si, pode ser pensada como fator fundamental para a construção de pertencimentos sociais, aos mais diversos níveis associativos. De certa forma, a busca do controle sobre a memória institui uma identidade para o agente social nela envolvido, no sentido de gerar um lugar dentro de uma rede específica de circularidade e fluxo.





Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

Algumas mulheres que participaram dos grupos da esquerda revolucionária, após a derrota das organizações, redefiniram seus projetos políticos, abordando outras temáticas. Nesta nova fase da vida, algumas optaram pela militância em organizações feministas. Para muitas, o movimento feminista ofereceu elementos para a redefinição de suas trajetórias políticas. Como afirma Gilberto Velho, “o projeto não é abstratamente racional”. Ele é dinâmico e permanentemente reelaborado, reorganizando, desta forma, a memória do ator, dando novos sentidos e significados, o que repercute na sua identidade. Embora a coerência linear não seja um valor universal em nossa sociedade, para a continuidade de trajetórias individuais e sociais, é importante que haja algum tipo de consistência, segundo valores e modelos particulares e variados.

Cabe ressaltar que, dentro de uma sociedade altamente masculinizada, não foram poucas as barreiras que essas mulheres, que ousaram desafiar o código vigente, tiveram de enfrentar. Entre os obstáculos estavam a família, a sociedade, alguns membros das organizações e, obviamente, a força repressora. Para muitas, certamente a família era um grande impedimento, o que fazia com que escondessem sua atividade. Já a sociedade não via com bons olhos toda essa ousadia, o que, por vezes, era motivo para que se projetasse uma imagem pejorativa sobre estas mulheres. O estigma de ser mulher e assumir comportamentos concebidos como condizentes apenas com o mundo masculino muitas vezes também as colocava em situação desfavorável perante os companheiros de luta: alguns acreditavam que não se podia dar ao “sexo frágil” papéis de comando, nem se permitir sua participação em algumas atividades que requeriam a força e a coragem masculinas.

Entretanto, muitas mulheres militantes que participaram das organizações da esquerda revolucionária e que ingressaram nas organizações feministas atribuem à militância feminista a responsabilidade pelo questionamento de muitos valores e papéis desempenhados pela mulher na sociedade. Este posicionamento está relacionado com a valorização pelos militantes do período dos movimentos pelas lutas democráticas, no qual, segundo a memória construída, o movimento feminista liderado por mulheres democráticas lutou ao lado de toda a sociedade civil pelo fim da ditadura e por uma sociedade mais igualitária. Mudanças que tenham subsequentemente tomado lugar na consciência subjetiva pessoal do narrador podem afetar, se não o relato de eventos anteriores, pelo menos a avaliação e o “colorido” da história (PORTELLI, 1997).

Esta é uma geração de mulheres que subverteu papéis tradicionais de gênero enquanto militava e vivia clandestinamente nos “aparelhos”. Elas romperam com a ideia de que o casamento substituía uma carreira profissional e que bem casadas teriam o futuro garantido. Foram à universidade, se profissionalizaram e enfrentaram





Natalia de Souza Bastos

GÊNERO

o mercado de trabalho. Para elas, a virgindade não era o bem mais precioso da vida de uma mulher. O sexo não era só para procriação da espécie humana, ele dava prazer... Amaram livremente... Não "o homem ideal"... A efervescência dos anos 1960 oferecia tantas opções... Monogamia ou poligamia? Que tal um casamento aberto? Questões levantadas, escolhas vivenciadas. Misto de liberdade e busca. Mulheres de padrões muito diferentes e ousados para aqueles tempos!, conforme exclamavam os conservadores.

A participação feminina em organizações da esquerda revolucionária nas décadas de 1960 e 1970 e o comportamento de vanguarda de muitas delas colaboraram para a ruptura dos papéis tradicionais de gênero. Isso se deu como uma espécie de antecipação – pela ação e não por uma reflexão ou discussão anterior à prática – do que aconteceria anos mais tarde, a partir da segunda metade dos anos 1970, com o discurso feminista.

Abstract: This article aims at examining the particularities of women's participation in revolutionary leftist organizations in the years 1960 through 1974 in Brazil. In order to reach this goal I examine the trajectories of former militants. I argue that since these women were cast aside from the broader political process, their participation was important as it expressed a disruption with the social roles attributed to women from their generation. By doing so, they broke rules and defied values deeply entrenched in the Brazilian society.

Keywords: women in politics; armed struggle; leftist movements.

(Recebido em novembro de 2007 e aprovado para publicação em janeiro de 2008.)

Referências

BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda – Brasil: anos 1960-1980*. 2007. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. *Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)-Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BERDIAEFF, Nicolás. *El cristianismo y el problema del comunismo*. 4. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1943.





Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo:
a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino (Org.). *Memórias do exílio*: Brasil 1964-1970 v. 1. São Paulo: Livramento, 1976.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres: militância e memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. 1987. Dissertação (Mestrado)-IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A imprensa feminista no pós-luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. 2004. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano*. São Paulo: Assírio e Alvim, [19--].

MATOS, Maria Izilda S. *Por uma história da mulher*. Bauru: EDUSC, 2000.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara*: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. *História*, São Paulo, v. 24, p. 77-98, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.





Natalia de Souza Bastos

GÊNERO

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: *Gender and the Politics of History*. New York; Columbia University press, 1989. Tradução: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. SOS Corpo. 3a edição. Recife, abril de 1996.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 131-137.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto; uma visão antropológica. *Revista TB*, Rio de Janeiro, v. 95, p. 119-126, out./dez. 1988.



